

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.601 - MG (2020/0050127-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : CLEITON GERALDO DA COSTA (PRESO)
ADVOGADO : ALVICIO BIBIANO OLIVEIRA JUNIOR - MG174978
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **CLEITON GERALDO DA COSTA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do Código Penal.

Neste recurso, sustenta, em síntese, que: **a)** não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPP; **b)** é suficiente a imposição de medidas cautelares diversas da prisão; **c)** não possui antecedentes criminais.

Pleiteia a substituição da custódia preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido de medida liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

No caso dos autos, a custódia cautelar foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"Noutro giro, o Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do denunciado Cleiton Geraldo da Costa, para garantia da ordem pública.

Sobre o tema, disciplina o art. 312, do Código de Processo Penal, que a medida pleiteada pode ser decretada para garantir a ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, nas hipóteses de existência do crime e de indícios suficientes de autoria.

Da análise do acervo processual, ante a gravidade dos fatos expostos no inquérito, tenho, com efeito, como presentes os pressupostos da norma a autorizar a medida extrema requerida.

A materialidade, bem como os indícios de autoria do crime em comento encontram-se evidenciados no inquérito policial acostado aos autos, conforme ff. 40/41, 72 e 103, dos termo de restituição de ff. 52/53, laudo do conteúdo audiovisual de ff. 114/126.

Deveras, os crimes atribuídos ao acusado são dotados de censurabilidade, o que possibilita a indicação objetiva da necessidade constritiva para a garantia da ordem pública.

Considerada a gravidade dos delitos, observa-se a necessidade e

adequação da medida extrema, a fim de garantir a ordem pública, evitando que o investigado volte a praticar delitos, sendo certo que as medidas cautelares diversas da prisão se mostram insuficientes para tanto.

Saliente-se, por fim, que tratam-se de delitos sancionados com pena máxima superior a quatro anos de reclusão, estando presente, portanto, a hipótese do artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

A propósito, em caso semelhante o Egrégio TJMG já decidiu:

[...]

Como é cediço, não se está, ao momento, atuando no mérito da causa, mas, apenas, adotando as medidas voltadas a assegurar a aplicação da lei penal.

Noutro norte, a escusa da dúvida, na espécie, não vigora em favor do mencionado denunciado, descabendo falar em exigência de elementos robustos a impedir o presente entendimento.

Assim, para a decretação da prisão preventiva, faz-se necessária a demonstração da presença concreta de situação de fato que a autorize, conforme se verifica na hipótese em exame.

Pelo exposto, em consonância ao parecer ministerial, e nos termos do art. 311 e seguintes do CPP, DEFIRO o pedido formulado e, assim, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de CLEITON GERALDO DA COSTA." (e-STJ, fls. 220-221 e 563-565).

Extrai-se, ainda, da decisão, de 14/1/2020, que indeferiu pedido de revogação da prisão preventiva:

"Trata-se de ação penal ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face de Cleiton Geraldo da Costa pela prática, em tese, do delito insculpido no artigo 157, § 2º, II, § 2º-A, I, na forma do artigo 29, ambos do Código Penal.

A prisão preventiva do acusado Cleiton Geraldo da Costa foi decretada em 19 de dezembro de 2019 (ff. 344/347).

Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público opinou desfavoravelmente ao pedido formulado (fls. 415/416).

Vieram os autos conclusos para apreciação.

É breve relato. Decido.

Para análise do pedido de revogação de prisão preventiva, mister analisarmos se existem os requisitos para sua manutenção.

No caso em questão, não foram trazidos aos autos novos elementos que permitissem a modificação da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado (ff. 415/416).

Ao contrário, do exame dos elementos probatórios contidos nos autos verifica-se a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade do crime que lhe foi imputado, tendo em vista as declarações prestadas pelo acusado Gabriel Isaac Santos Bueno confirmou, nas duas oportunidades em que foi ouvido, a participação de Cleiton no crime em questão.

Aliado a isto, verifica-se que o delito, em tese, foi praticado mediante violência e grave ameaça e tem pena máxima superior a 04 (quatro) anos, estando presente, portanto, o requisito previsto no artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

O crime atribuído ao acusado (roubo) é dotado de censurabilidade, o que possibilita a indicação objetiva da necessidade constritiva para a

garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Observa-se, portanto, a necessidade e adequação da medida extrema, sendo certo que as medidas cautelares diversas da prisão se mostram insuficientes para tanto.

Desse modo, estão presentes todos os requisitos necessários que autorizam a prisão preventiva, o que impossibilita conceder a liberdade provisória, pois há elementos, concretos, que a prisão preventiva deve ser mantida, para resguardar, especialmente, a aplicação da lei penal e a ordem pública.

Por fim, quanto as alegações de elementos subjetivos favoráveis não prevalecem sobre razões objetivas de aprisionamento.

Assim vem decidindo reiteradamente os Tribunais superiores:

[...]

Diante do acima exposto, e com fulcro na decisão prolatada às fls. 344/347, cujos fundamentos também adoto como razão de decidir, indefiro o pedido de revogação de prisão preventiva formulado por Cleiton Geraldo da Costa." (e-STJ, fls. 234-236).

Consta, ademais, da denúncia:

"Em 19 de novembro de 2019, por volta das 16 h, no estabelecimento comercial denominado Salão Socila, situado na Av. Wilson Alvarenga, nº 1775, Bairro Carneirinhos, nesta cidade e comarca, os denunciados, de forma consciente, voluntária e em unidade de desígnios, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, subtraíram, para eles, a quantia de R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais) de propriedade da pessoa jurídica conhecida como Salão Socila, além de uma bolsa pertencente à vítima Lidiane Costa e Fraga, com vários pertences seu interior.

Conforme apurado, o denunciado Webert, em companhia do denunciado Gabriel, o segundo na condução do veículo, marca Fiat Uno, cor vermelha, placa GOH-5839, de propriedade do denunciado Cleiton Geraldo da Costa (que tinha ciência sobre o propósito da utilização do carro), chegaram ao estabelecimento comercial Socila.

Na oportunidade, o denunciado Weber, com fins de não ser reconhecido, trajava uma camisa social branca com listras azuis, calça jeans de cor clara, peruca preta, óculos escuros e batom. Assim caracterizado, o denunciado Weber entrou no Salão Socila e anunciou o assalto, mostrando uma arma semelhante a um revólver, enquanto Gabriel ficou aguardando do lado de fora.

Apurou-se que a ação criminosa ocorreu exatamente quando a proprietária do salão, Adriana, em companhia da funcionária Lidiane, separavam o dinheiro para efetuar o pagamento dos funcionários, informação que havia sido repassada a eles pela denunciada Michele, que era funcionária do local.

Após anunciar o assalto, o denunciado Webert exigiu que as vítimas entregassem todo o dinheiro e, não satisfeito, ainda subtraiu a bolsa pertencente à funcionária Lidiane, em cujo interior havia vários pertences, além da quantia de R\$107,00 (cento e sete reais).

Após o assalto, o denunciado Webert saiu do salão e ordenou que as vítimas não gritassem nem olhassem para trás, pois estava armado. Ato contínuo, dirigiu-se até o local onde o denunciado Gabriel o aguardava com o veículo, fugindo em seguida.

Segundo apurado, o produto do roubo foi dividido entre os denunciados na residência da denunciada Cristina de Jesus Rocha, de modo que esta ficou com a bolsa subtraída da vítima Lidiane.

Extraí-se que no dia 16/11/2019, o denunciado Webert hospedou-se no Hotel São Carlos, de propriedade de Nilo José Parreira de Oliveira e lá permaneceu até o dia do crime. Durante a sua permanência no local, Webert foi procurado no final da tarde, por duas vezes, pela denunciada Michele, que repassava informações sobre o horário do pagamento dos funcionários e a quantidade de dinheiro.

A participação do denunciado Cleiton Geraldo da Costa consiste no empréstimo de seu veículo para a prática do roubo.

Autos de apreensão (fls. 40/41, 72 e 103).

Termos de restituição, fls. 52/53.

Autos de reconhecimento, fls. 110/113.

Laudo de análise de conteúdo audiovisual, fls. 114/126.

Em face do exposto, o Ministério Público de Minas Gerais denuncia WEBERT CHARLES MARTINS PINTO como incursos nas penas previstas artigo 157, §2º, II c/c §2º-A, I, do Código Penal, e GABRIEL ISAAC SANTOS BUENO, CLEITON GERALDO DA COSTA, CRISTINA DE JESUS ROCHA, MICHELE APARECIDA OLIVEIRA COSTA DOS SANTOS como incursos nas penas previstas no artigo 157, §2º, II c/c §2º-A, I, na forma do art 29, todos do Código Penal, requerendo que, recebida e autuada esta, sejam eles citados para apresentarem resposta à acusação, prosseguindo-se nos demais atos processuais de acordo com o rito previsto no artigo 399 e seguintes do Código de Processo Penal, ouvindo-se a vítimas e as testemunhas adiante indicadas, interrogando-se, em seguida, os acusados, até final condenação nas penas devidas, com a suspensão dos seus direitos políticos, nos termos do art. 15, inc. III, da Constituição da República." (e-STJ, fls. 187-189 e 497-499).

Como se vê, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa, pois o crime de roubo teria sido praticado mediante o uso de arma de fogo e em concurso de agentes, o que justifica a prisão cautelar, consoante pacífico entendimento desta Corte no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a segregação preventiva é decretada em razão do *modus operandi* com que o delito fora praticado.

A propósito:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS. RISCO AO MEIO SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Devendo, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

3. A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos concretos extraídos dos autos, a periculosidade do paciente e a gravidade do delito, evidenciadas pelo *modus operandi* da conduta criminosa, considerando que o acusado e o corréu, na condução de uma motocicleta, exerceram grave ameaça com emprego de arma de fogo contra a vítima que caminhava em via pública, ocasião em que subtraíram o aparelho celular que se encontrava no seu bolso, evadindo-se do local em seguida. Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

4. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

Habeas corpus não conhecido."

(HC 435.946/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 24/4/2018).

"PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. NULIDADE DO FLAGRANTE. PREJUDICIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A conversão do flagrante em prisão preventiva prejudica a discussão acerca de nulidade do flagrante, eis que se trata de novo título a justificar a segregação cautelar.

3. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

4. No caso, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa, pois o crime de roubo teria sido praticado mediante o uso de arma de fogo e em concurso de agentes. Tais circunstâncias justificam a prisão preventiva do paciente, consoante pacífico entendimento desta Corte no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do *modus operandi* com que o crime fora praticado.

5. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão,

pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do paciente.

6. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 516.954/RJ, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019).

"*HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ART. 387, § 1º, DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, pois evidenciam a gravidade em concreto da conduta delitiva, roubo com emprego de arma de fogo e em concurso com três agentes.

3. As matérias relativas ao reconhecimento da confissão espontânea do réu e da alteração do regime inicial de cumprimento de pena não foram efetivamente analisadas pelo Tribunal de Justiça estadual, o que não autoriza a inauguração, neste ponto, da competência do Superior Tribunal de Justiça.

4. Ordem denegada."

(HC 477.893/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/9/2019, DJe 2/10/2019).

Pelo mesmo motivo acima delineado, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, porquanto a gravidade concreta da conduta delituosa praticada pelo recorrente indica que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 91.896/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018; HC 426.142/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 5/4/2018, DJe 16/4/2018; e HC 400.411/SE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 15/12/2017.

De mais a mais, o fato de o recorrente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte: RHC 95.544/PA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 2/4/2018; e RHC 68.971/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 26/9/2017, DJe 9/10/2017.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator